



DISCURSO

& SOCIEDAD

Copyright © 2019

ISSN 1887-4606

Vol.13(1) 76-98

www.dissoc.org

Artigo

**Dos “elogios” às ofensas: ações
performativas, violências e regulações de
gênero em práticas sóciodiscursivas
políticas brasileiras**

*From the “praise” to the offenses: performative
actions, violence and gender regulations in
Brazilian political sócio-discursive practices*

Maria Carmen Aires Gomes

Departamento de Letras

Universidade Federal de Viçosa (Brasil)

Resumo

Este artigo propõe explorar o diálogo entre a crítica à violência ética refletida por Judith Butler (2015), o conceito de performatividade política de gênero (Borba, 2014; Butler, 2010, 2014, 2015; Pinto, 2002, 2007) e a premissa discursivo-crítica de que há uma ontologia social do discurso que nos permite pensar no discurso como um elemento semiótico das práticas sociais (Chouliaraki & Fairclough, 1999). O foco central é analisar recortes de atos de fala de políticos brancos brasileiros de partidos de centro-direita sobre corpos femininos, em três eventos específicos circulados em notícias de jornais brasileiros online, e que tiveram uma repercussão negativa na sociedade. A análise partiu da percepção do problema: atos de fala de falso elogio e atos de ofensa produzidos por políticos homens brancos brasileiros e de centro-direita sobre corpos de mulheres. Atos que foram recontextualizados e circulados em práticas midiáticas jornalísticas online. Foram realizadas, metodologicamente, análise da conjuntura, análise da prática particular midiática e, finalmente, a análise discursiva dos atos de fala, aplicando as categorias dos significados representacional e identificacional, (Fairclough, 2003).

Palavras-chave: regulações de gênero; ADC; violência simbólica; elogio/ofensa

Abstract

This article aims to explore the dialogue between the critique of ethical violence reflected by Judith Butler (2015), the concept of gender performativity (Borba, 2014; Butler, 2010, 2014, 2015; Pinto, 2002, 2007) and the discursive premise – criticism that there is a social ontology of discourse that allows us to think of discourse as a semiotic element of social practices (Chouliaraki & Fairclough, 1999). This reflection Will start from the analysis of three discursive events involving speech acts of Brazilian politicians on the female immersed in these sociodiscursive practices make, undom judge, offend or praise female bodies with words.

Keywords: ADC; symbolic violence; social practices; gender performativity

Introdução

Quem somos, e com quem nos relacionamos, o que fazemos discursivamente e as nossas ações nas mais variadas práticas sociais, nos performatizam ontológica e politicamente no seio da vida social. Essa performatização se produz no campo das relações de forças históricas, sociais e culturais por meio da linguagem. Butler (2015:18), problematizando a construção da ação e da relação entre o EU e OUTRO, chama atenção para o fato de que “o eu não tem história própria que não seja também a história de uma relação ou conjunto de relações – para com um conjunto de normas.” Mesmo que o sujeito tenha sido alocado em um certo dispositivo moral e ético, ele não deixa de negociar, de maneira vital e reflexiva, o seu *locus* dentro do campo ontológico (Butler, 2015:21). Para a filósofa, “o sujeito luta invariavelmente com as condições de vida que não poderia ter escolhido. Se nessa luta a capacidade de ação, ou melhor, a liberdade funciona de alguma maneira, isso só ocorre dentro de um campo facilitador e limitante de restrições. Essa ação ética não é totalmente determinada nem radicalmente livre.” (Butler, 2015:31).

Neste sentido, a forma como se reconhece o outro, ou a si mesmo, é uma luta contínua, pois as normas que fazem reconhecer o outro, ou que governam quem se é, não são só destes sujeitos, “mas são sociais e excedem cada troca diádica que condicionam.” (Butler, 2015:37). Embora as pessoas estejam constringidas por um horizonte normativo, no qual se vejam, se escutem e se percebam, e também ao outro, há uma fissura, um deslocamento, neste dispositivo normativo, que permite ao sujeito não reconhecer o outro (aquele que não se conforma, ou se conforma menos às regras e normas), provocando “uma crise nas normas que governam o reconhecimento.” (p.37). Butler (2015) afirma que é o olhar para o “outro”, que nos faz reivindicarmos uma postura (mais) ética, já que expomos o outro, mas também expomos a nossa vulnerabilidade, e a deste outro. Compreendendo que nos expomos (e ao outro), e também nossas vulnerabilidades, por meio da linguagem, de que forma, então, manejamos, executamos e fazemos (e desfazemos) gêneros dentro de uma política relacional e ética?

Considerando tais questões, este artigo objetiva explorar o diálogo entre a crítica à violência ética problematizada por Judith Butler (2015), o conceito de performatividade política de gênero (Borba, 2014; Butler, 2010, 2014, 2015; Pinto, 2002, 2007) e a premissa discursivo-crítica de que há uma ontologia social do discurso que nos permite pensar no discurso como um elemento semiótico das práticas sociais (Chouliaraki & Fairclough, 1999). Essa reflexão partirá da análise de três eventos discursivos midiáticos envolvendo atos de fala de políticos brasileiros sobre as *performances* femininas, em contextos midiáticos do jornalismo *online*. O objetivo é

compreender como os sujeitos imersos nestas práticas sociodiscursivas fazem, desfazem, julgam, ofendem ou elogiam feminilidades com as palavras, ou seja, por meio de atos de fala ritualizados. A proposta é observar como **os atos de elogiar, ofender e “brincar moralmente”** “apresentam como real, natural, binário e hierarquizado” a violência de gênero (Pinto, 2014:213), ou seja, como esses produtores de violência linguística reagem com naturalidade quanto à ação produzida, ao dizerem: “foi uma brincadeira; foi um elogio”.

Dadas às diversas características das práticas sociais e considerando a vida social como um sistema aberto (portanto, não previsto, mas sim contingencial), onde eventos são governados por mecanismos ou procedimentos de poder executados, na maioria das vezes, por sujeitos pré-posicionados política e historicamente (Bhaskar, 1998), há que se compreender não só que os discursos têm diversos funcionamentos sociais, mas que as mudanças nas práticas discursivas são parte de mudanças também nas práticas sociais, como hastes de uma estrutura dialética (Giddens, 1991). Dessa forma, analisar atos de falas de políticos homens brancos sobre performances femininas de mulheres inseridas nas práticas sociopolíticas, em mídias brasileiras, a partir de três eventos distintos, nos permitirá problematizar como nos expomos e nos vulnerabilizamos por meio da performatividade da linguagem, do discurso.

Corpo, performatividade política de gênero e ontologia social do discurso

Uma visão performativa da linguagem, nas reflexões butlerianas, perpassa pela ideia de ação, de algo que está operando, transformando; visão esta resgatada inicialmente dos estudos de J. Austin e Searle, mas criticada e ampliada por Derrida¹ (1990), para quem o enunciado performativo opera continuamente, para além do momento da enunciação. Essa propagação deve-se não só ao contexto (mesmo porque esse muda – ou mesmo limita – em função das categorias de tempo e espaço), mas à iterabilidade do ato e à citacionalidade, que trazem certa convencionalidade ao ato. Butler, segundo Pinto (2002), afirma que “linguagem é também a coisa que nós fazemos. Linguagem é, assim, irreduzível à sua instrumentalidade, irreduzível ao seu contexto simples, e inapreensível em sua totalidade.” (p.105). Em *Problemas de gênero*, Butler (2010) cunha a expressão performatividade de gênero, problematizando o ato performativo como propriedade da constituição do gênero e do corpo, e das normas em geral, compreendendo a repetição como forma de alteração, e a citação, como uma operação que pode se deslocar para qualquer contexto.

A filósofa opta pelo conceito de performatividade política de gênero ao invés de “construção”, pelo fato de este último exigir uma agência, uma ação voluntária. Como já foi dito, as reflexões butlerianas incidem sobre um horizonte normativo que constrange e limita os corpos, apesar de termos a possibilidade de não nos reconhecermos nestas normas e padrões, ocasionando momentos de crise. Para Butler (2015:24): “performatividade não é só algo que uma pessoa faz, mas também como algo encenado no coletivo.” Pinto (2013:37), relacionando as problematizações de Butler às reflexões sobre atos de fala, afirma que “o corpo é vulnerável à linguagem, no sentido de que a linguagem, sendo performativa, opera, faz, e, sendo assim, o corpo é feito e efeito, sustentado e ameaçado pela linguagem.”, pelos atos de fala que operam não só sobre aquilo que nomeiam, mas sobre os próprios contextos de fala. Pinto (2013:37) argumenta ainda que o ato de fala violenta o corpo, “apagando seu ritual, tornando-o local epistemológico, ontológico (pois se torna regulável) e lugar político (passível de legitimação e normatização)”, o que implica em dizer que os atos podem tanto limitar os corpos e seus contornos, gerando efeitos de fixidez e inevitabilidade, quanto podem ser falhos, provocando deslizamentos e pontos de descontinuidades.

Tentando traçar sua argumentação acerca da relação entre ato de fala e ato de corpo, Pinto (2002) lança-nos um questionamento: se o ato de fala é ritualizado e convencional, poderia ele escapar de alguma forma das convenções e dos ritos que governam o corpo? Não nos parece difícil pensar que o ato de fala exige o corpo, e que, como afirma a autora, “o efeito do ato de fala é operado ao mesmo tempo pelo que é dito, por quem diz e por como é dito – como o corpo diz, como o enunciado diz” (Pinto, 2002:106). Afirma ainda que assim como o ato de fala, o corpo também é ritualizado: “suas estilizações fazem parte dos processos de marcação social; a convencionalidade e a repetição definem sua legitimidade e traçam o domínio do possível; do pensável, do executável” (Pinto, 2002:106).

Neste contexto, é possível admitir que os sujeitos se formam e se performatizam a partir das repetições regularizadas e constrangidas de comportamentos, atitudes, práticas, por meio de inscrições linguístico-discursivas. Essas iterações performativas agem de maneira tão natural e hegemônica que criam modelos identitários ficcionais e ilusórios, excluindo assim aqueles que não se adéquam aos padrões dos dispositivos da biopolítica e seus regimes de verdade (Foucault, 1985). No entanto, sujeitos têm uma relativa liberdade capaz de produzir fissuras, interrupções e dissidências. Para Butler “as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora.” (Butler, 2010:201). Para

Butler (2010:208), “compreender a identidade como uma prática, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística”.

Bento (2015:146) problematiza que “o gênero não existe em-si, absoluto. O gênero é sempre para-si, ou seja, você precisa do olhar do outro para se produzir no gênero.” e que, portanto, é necessário olhar o outro para que se possa conferir a existência (cf. Butler, 2015), mas o que permitirá uma constituição diferente da norma será a política relacional.

Nos estudos discursivos críticos, de vertente britânica, a ênfase na agenciamento merece destaque porque frequentemente os sujeitos são performatizados pelos discursos globalizantes e (re)produzidos nas práticas, no entanto embora o sujeito seja constrangido pelas estruturas sociais e seus discursos, é preciso fortalecer a capacidade contínua de auto-avaliação. Fairclough (2003:121) afirma que “os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas também são capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras”.

Um dos diálogos possíveis entre a Teoria Queer (Butler, 2003, 2010, 2014, 2015) e a ontologia social do discurso proposta por Chouliaraki e Fairclough (1999) para o estudo de relações de gêneros e práticas midiáticas passa necessariamente pela centralidade e importância do conceito de performatividade da linguagem, discurso e das relações dialéticas com outras facetas do social, da história e da cultura. O princípio discursivo-crítico de que o discurso é um dos elementos da prática social, portanto, constituinte das performatizações e transformações identitárias, coaduna-se às discussões butlerianas de que “nós fazemos coisas com a linguagem, produzimos efeitos pela linguagem e nós fazemos coisas para a linguagem, mas a linguagem é também a coisa que fazemos” (Butler, 1997:8), vai ao encontro da afirmação de Fairclough (2001[1992]:47) de que “a linguagem à qual as pessoas têm acesso depende de sua posição no sistema social”.

Dessa forma, segundo Tiburi (2013:22), para Butler, o “discurso habita o corpo e que, de certo modo, faz esse corpo, confunde-se com ele” . Se o discurso habita o corpo, então é possível pensar que os corpos estão inscritos nas estruturas de poder. Para Fairclough (2003:159), “Quando diferentes discursos entram em conflito e discursos particulares são contestados, o que é contestado é o poder destes sistemas semânticos pré-construídos que geram visões particulares do mundo que podem ter o poder performativo para sustentar ou refazer o mundo à sua imagem, por assim dizer.” A luta empreendida por Butler, segundo Tiburi (2013:22), é pelo respeito aos corpos “cuja liberdade depende, em última instância, de serem livres dos discursos que os constitui. Ou de simplesmente poderem existir em um mundo que os

nega, e que os nega pelo discurso que não é, de modo algum, apenas uma fala qualquer”.

Haveria então uma linha epistemológica comum de que os discursos constituem corpos, e estes só se performatizam e se formam em função das inscrições de poder e dos atos performativos que podem sustentar, naturalizar e/ou subverter normas, padrões e injunções. Há, portanto, uma relação constitutiva entre regulação de gênero e discursos: nos formamos pelo (e no) discurso, de maneira performativa, e somos regulados pela iteração dos atos performativos que tanto podem sustentar as normas, quanto podem desestabilizá-las.

Tanto para Chouliaraki e Fairclough (1999) quanto para Butler (2015) a operação crítica necessita de uma dimensão reflexiva: ao questionar o regime de verdade, “questiona-se também o regime pelo qual se atribuem o ser e a própria condição ontológica” (Butler, 2015:35). Como aponta Butler (2015:31), “a injunção força o ato de criar a si mesmo ou engendrar a si mesmo, ou seja, ela não age de maneira unilateral ou determinística sobre o sujeito.” pois é “por meio da norma e da injunção que o sujeito inaugura sua reflexividade.” Nesta esteira, as ações éticas não são nem totalmente determinadas, nem radicalmente livres, pois o sujeito luta cotidianamente entre os constrangimentos da norma e sua capacidade de ação. A questão é: de que forma (e como) a palavra, os textos, os discursos são usados de “maneira que os corpos e gêneros sejam reconhecidos como vidas que são merecedoras de amparo e quais são dispensáveis, ‘não-lamentáveis’?” (Butler, 2015:26).

Das relações entre ontologia do discurso, corpo, performatividade de gênero

O conceito de discurso, em termos discursivos críticos, em especial na abordagem anglo-saxã, é compreendido como uso social da linguagem. “porque há muito se reconheceu a importância das idéias e conceitos na vida social, que se manifestam no discurso” (Fairclough, Fairclough, 2012:79). Dessa forma, é importante pensar que a linguagem se coloca como elemento central das práticas sociais contemporâneas porque é parte irredutível do social, mas também se constitui no social, gerando, portanto, efeitos nas práticas e eventos sociais (Ramalho, Resende, 2011:40).

Chouliaraki e Fairclough (1999), rediscutindo a centralidade da linguagem em uso como um dos estratos do mundo capaz de gerar mecanismos e poderes causais (Ramalho, Resende, 2011:40), à luz de reflexões pautadas nas problematizações do Realismo Crítico e da Teoria da Estruturação acerca da relação entre ação, prática, estrutura social, afirmam que o *discurso* é um dos momentos das práticas sociais, constituídas por

outros elementos que se internalizam àquele: *relações sociais, fenômeno mental (experiência e histórias), atividade material*. Esses momentos se articulam e se internalizam uns aos outros de forma que não se reduzam a si mesmos, ou seja, esses elementos ligam-se uns aos outros formando redes de práticas. O conceito de prática social torna-se central na discussão empreendida por Chouliaraki e Fairclough (1999:21) que a definem como: “maneiras habituais, vinculadas a determinadas épocas e lugares, em que as pessoas aplicam recursos para agir em conjunto no mundo”. As práticas são formas de agir habitualmente, por isso são consideradas parcialmente discursivas (na forma de ação, escrita, fala) e discursivamente representadas, uma vez que envolvem diversos mecanismos da vida.

O discurso é, portanto, socialmente constitutivo e constituído socialmente (Ramalho e Resende, 2011:44), e se figura semioticamente nas mais variadas práticas sociais e redes de práticas por meio de três ações: (i) formas de agir e interagir socialmente, (ii) formas de representar ou “construir algum aspecto da realidade de uma perspectiva particular” e (iii) forma de significar, identificar discursivamente. Segundo Ramalho e Resende (2011:48) “a semióse tem estrutura dupla, formada pela rede de opções do sistema semiótico (linguagem como estrutura), mas também pela rede de opções do sistema social da linguagem, as redes de ordens do discurso (linguagem como momento da prática social)”.

Nesta proposta de pesquisa transdisciplinar, que busca articular os conceitos de corpo, performatividade de gênero e ontologia do discurso, a análise discursiva se voltará para as ações voltadas aos atos de representar e identificar-se discursivamente, já que estão ligados às formas particulares de representar aspectos do mundo e aos modos de identificar (-se), portanto são categorias tanto discursivas quanto não-discursivas. Chouliaraki e Fairclough (1999:125) afirmam que “o grau e a forma da contingência do social depende de como as pessoas e as práticas são posicionadas dentro de estruturas sociais.”, por isso o posicionamento em termos de classe, de relações de gênero, raça e idade afetam a contingência da semiótica, em particular.

Refletindo sobre o gênero desde a esfera pessoal à política no mundo contemporâneo, Connell e Pearse (2015:157) refutam tanto o determinismo social quanto o biológico na compreensão das relações de gênero e afirmam que a estrutura social “condiciona a prática. No entanto, estruturas não são anteriores à vida cotidiana. Estruturas sociais são atualizadas (tornadas ato) pela atividade humana ao longo do tempo e historicamente criadas” . Para as pesquisadoras, as relações de gêneros se formam em função da duração e dos padrões extensivos, embora façamos (ou desfaçamos) nossos próprios gêneros, ou seja, não somos livres para fazermos o que quisermos, pois somos regulados por normas que operam “no âmbito das práticas sociais sob o padrão comum implícito da normalização” (Butler, 2014: 2).

Mas se, para Butler (2014:7), “a norma confere realidade ativamente; de fato, somente pela virtude de seu poder repetido de conferir realidade”, como o discurso pode fazer (ou desfazer) gêneros? Considerando o poder repetido da norma e do sistema sociosemiótico da linguagem em uso, o que, de fato, no discurso causaria a produção dessa norma capaz de performatizar gêneros, a partir das iterações e citacionalidades? Para Butler (2014:6), “a norma subsiste nas e pelas suas ações” nas práticas sociais; afirma ainda que “na medida em que as normas de gênero são reproduzidas, elas são invocadas e citadas por práticas corporais que também tem a capacidade de alterar normas durante a citação.” Isso implica em dizer que as práticas religiosas, políticas e midiáticas, por exemplo, colocam, na maioria das vezes, masculinidades em posição de autoridade e poder sobre as feminilidades, mas essa regulação pode ser mudada, deslocada, em função de novas ações dentro das práticas sociais ocasionando atualizações nas estruturas sociais. Ou seja: novas comparações, designações, atribuições e mediações podem ser reelaboradas, por meio de novas citações, porque, segundo Butler (2014:7), não existe uma “narrativa completa da citacionalidade da norma.” Isso porque, segundo Connell e Pearse (2015:178), “identidades de gênero são produzidas discursivamente, mas os sentidos no discurso não são fixos”.

Dessa forma, alinhando-me às reflexões de Connell e Pearse (2015:211), a identidade de gênero, nesta pesquisa, é entendida como “uma posição de fala inscrita em um discurso de gênero, que uma pessoa pode tomar ou abandonar em diferentes momentos.”, ou seja, mesmo que afetada pelas normas e regulações, haveria a possibilidade de se deslocar do padrão. Butler (2014:2) assume então que o “Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume”.

Ponto de partida da amostra discursiva e os procedimentos metodológicos

O objetivo, neste texto, é analisar o momento discursivo (ou os momentos discursivos) das práticas midiáticas jornalísticas digitais e “as relações causais que estabelecem com outros momentos das práticas, as relações de emergência entre aspectos discursivos e não-discursivos na reprodução e transformação da sociedade” (Resende, 2009:79). O foco central é analisar recortes de atos de fala de políticos brancos brasileiros de partidos de centro-direita sobre corpos femininos, em três eventos específicos circulados em notícias de jornais brasileiros online, e que tiveram uma repercussão negativa na sociedade.

A análise partiu da percepção do problema: atos de fala de elogio e falso elogio produzidos por políticos homens brancos brasileiros e de centro-direita sobre corpos de mulheres, atos estes recontextualizados e circulados em práticas midiáticas jornalísticas online (Chouliaraki & Fairclough, 1999); em seguida, verificou-se quais foram os obstáculos para que o problema seja superado ou se torne mais visível – quais as características permanentes nas redes de práticas midiáticas que sustentam o problema observado – por meio de três focos de análise correlacionados: análise da conjuntura, análise da prática particular midiática e, finalmente, a análise discursiva dos atos de fala, aplicando as categorias dos significados representacional e identificacional.

Dessa forma, o ponto de partida para a construção da amostra discursiva deste estudo foi a notícia que trata de uma visita oficial ao México do então ministro das Relações Exteriores do Brasil (nomeado na gestão em exercício do governo Temer) José Serra, do PSDB paulista. Em pronunciamento oficial conjunto com Claudia Ruiz Massieu, chanceler mexicana, no dia 25/07/2016, José Serra diz:

(1) “Devo dizer, cara ministra, que o México, para os políticos homens no Brasil, é um perigo porque descobri que aqui metade das senadoras são mulheres”, disse o ministro das Relações Exteriores do Brasil José Serra, em visita oficial à Cidade do México, em 26 de julho de 2016 (Redação Opera Mundiⁱⁱ, 26/07/2016).

Não satisfeito com tal fala, José Serra, ao reiterar o convite à ministra mexicana Claudia Ruiz Massieu de ir ao Rio de Janeiro nos Jogos Olímpicos 2016, reforçou o comentário com a seguinte ressalva discursiva:

(2) “Eu quero muito que a senhora vá ao Brasil [durante as olimpíadas], mas isso representará um perigo, porque a senhora vai chamar atenção para o assunto” Redação Opera Mundiⁱⁱⁱ, 26/07/2016).

O assunto a que se refere o ministro José Serra é a grande participação das mulheres na política mexicana, diferentemente da representatividade das mulheres na política Brasileira. Segundo Opera Mundi, “no Brasil, há 12 mulheres em um total de 81 cadeiras no Senado Federal (14, 81%) e 52 deputadas do total de 513, na Câmara dos Deputados (10,13%); já no México, são 47 mulheres do total de 128 congressistas no Senado, representando, portanto 36,71%.”^{iv}

A fala de José Serra gerou uma imensa repercussão negativa no país tanto na imprensa quanto nas redes sociais e na sociedade civil. Em resposta à polêmica, José Serra disse estar “surpreso com tal repercussão” uma vez que:

(3) “Fiz uma declaração elogiosa às mulheres mexicanas, diz Serra” (Oglobo, 26/07/2016^v).

(4) “Segundo a agência de notícias AFP, Serra “brincou” sobre o “perigo” para os políticos homens de se ter tantas mulheres na política.” (Opera Mundi, 26/07/20176).

A resposta do político sobre o fato me levou a perceber que as construções discursivas “declaração elogiosa” ou era “brincadeira” eram recorrentes em falas de políticos, principalmente nas do Serra, o que me levou ao outro evento discursivo a ser analisado, neste artigo.

Em um jantar na casa do senador José Eunício (PMDB-CE), no dia 09 de dezembro de 2015, José Serra (PSDB), ainda Senador da República, em uma conversa, disse em público: “*Kátia, dizem por aí que você é namorada.*” A Ministra da Agricultura do governo Dilma confirmou em jornais que jogou uma taça de vinho no rosto do senador, por entender que teria sofrido uma ofensa:

(5) “Reagi a altura de uma mulher que preza a sua honra. Todas as mulheres conhecem bem o eufemismo da expressão ‘namorada’, comentou a ministra na rede social” (portal Uai, 10/12/2015).^{vi}

Após repercussão negativa, José Serra se defende afirmando que:

(6) “Foi uma brincadeira com intenção de elogio, mas foi mal recebida, afirma Serra” (portal Uai, 10/12/2015).^{vii}

Em notícia, o jornal Estado de Minas representa discursivamente a fala de José Serra e no título reporta: “Serra diz *que quis elogiar Kátia Abreu* ao chamá-la de “namorada”.

Os dois eventos acima, interconectados pelos atos de fala iterados e citados do político Serra, me conduziram ao terceiro evento discursivo, que apareceu como uma notícia que se articulava aos outros dois, em função dos temas: “elogio”, “brincadeira”.

Provavelmente, no início de julho de 2016, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, em inauguração de uma obra na zona periférica do RJ, acompanhado do então candidato à prefeitura desta cidade, Pedro Paulo, diz a uma das moradoras beneficiadas, no ato da entrega do imóvel:

(7) “Vai trepar muito nesse quartinho, diz Paes à mulher, identificada como Rita, enquanto entra no apartamento. Depois. Ele ainda pergunta se ela é casada, e dispara: “vai trazer muito namorado para cá. [...] Rita, faz muito sexo aqui.”. Depois o prefeito vai à uma varanda e fala, em alto e bom tom, ao público: “ela disse que vai fazer muito canguru pernetá aqui. Tá liberado. A senha primeiro” (Brasil Post 28/08/2016).^{viii}

De acordo com o Jornal do Brasil, a mulher sai constrangida e diz: “*Vou fechar minha porta, sabe.*” A assessoria de Paes, ao ser questionada sobre o fato, disse que o prefeito estava “*apenas brincando.*”^{ix}

Considerando que as ações performativas, os atos de fala e de corpo, deixam traços não só em discursos, materializados em textos, mas nos próprios corpos, nos três eventos, as falas são de homens políticos brancos de partidos de centro-direita (PMDB, PSDB), em contextos políticos, mas circulados pelas práticas midiáticas digitais. Os eventos discursivos são exemplares de práticas sociopolíticas midiáticas que tratam de atos de fala de homens políticos em relação às feminilidades e às suas performances. Os atos de fala destes sujeitos performatizam, de maneira normativa, o gênero feminino por meio de “elogios” e “ofensas em tom de brincadeira”^x, potencializando certos sentidos ideológicos de forma iterativa. Como bem pontuam Chouliaraki e Fairclough (1999:67), estas construções discursivas tendem a “mostrar como o momento discursivo trabalha na prática social, do ponto de vista de seus efeitos em lutas hegemônicas e relações de dominação.”

Serão trabalhadas, nesta amostra discursiva, as categorias de gênero (ser homem e ser mulher), relações de gênero nas práticas políticas brasileiras midiáticas, violência simbólica e linguística, conceitos de iterabilidade e citacionalidade articulados aos atos de fala de elogio, de ofensa em tom de brincadeira, além das categorias de avaliações e julgamentos e dos significados representacional e identificacional. Foram observadas, assim, três categorias linguístico-discursivas que surgem claramente tipificadas no discurso principalmente de José Serra: falso elogio, ofensa em tom de brincadeira e o ato indireto de desculpas/brincadeira.

Dos falsos elogios às ofensas: “(foi só) uma brincadeira”

Alinhando-me às ideias de Connell e Pearse (2015:214), assim como às problematizadas por Butler, Bento e Pinto, de que se os gêneros normativos são atualizados pelos atos performativos estilizados, então mudanças nas ações, nos atos de fala e de corpo, e no discurso, podem fazer (ou desfazer) gêneros. Se sujeitos em determinadas posições de fala insistem em produzir atos performativos baseados na norma, na regulação, no padrão binário, atributivo e hierárquico de gênero, então existe uma iterabilidade, que reforça, de forma citacional, as relações de gêneros baseadas no “ser homem” e no “ser mulher”, atravessadas, na maioria das vezes, por atos de violência, de autoridade e de poder. Para Fairclough (2001[1992]:127), “a posição contraditória dos indivíduos nos eventos discursivos e os dilemas que disso resultam originam-se em contradições estruturais nas relações de gênero [...]”. Ainda problematizando tal questão, o autor afirma que “a forma como essas contradições se refletem em eventos específicos é a relação desses eventos com as lutas que se desenvolvem ao redor das contradições”, por meio de lutas hegemônicas.

Antes de iniciar as análises e explicações críticas, é importante contextualizar, de maneira sintética, o momento pelo qual passava o sistema político brasileiro, quando da realização dos eventos, que compõem a amostra discursiva.

Conjuntura – rede de práticas sociopolíticas e jornalísticas

Após 6 anos à frente do Brasil, como a primeira presidente mulher do Brasil, Dilma Rousseff é afastada da Presidência da República, por meio de um processo de impeachment, deflagrado na Câmara e decidido, no final de setembro de 2016, pelo Senado Federal. Assim que a Câmara dos Deputados deliberou positivamente pela abertura do impedimento, o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência como governo interino e anunciou, em 12/05/2016, novos nomes para constituírem sua nova junta executiva, que, naquele momento, causou imensa repercussão dada à ausência de mulheres nos principais cargos do alto escalão, além da expressiva indicação de homens (brancos, cisgêneros e “velhos”) para tais cargos. Além da visível exclusão de mulheres em cargos de liderança e gestão, o governo interino ainda fundiu ministérios importantes e fechou secretarias destinadas à inclusão social, entre outras políticas públicas, principalmente as relativas à Educação e às pautas de gênero e raça.

Desde o início da década de 1980, no contexto da Ditadura, quando foi nomeada uma primeira ministra no governo Ernesto Diesel, esta foi a primeira vez que se formava um conselho ministerial sem nenhuma participação feminina. Segundo Nadine Gasman, representante da *ONU Mulheres no Brasil*, “não ter mulheres significa perder, pois metade da população não está representada, nesse governo, nessa junta executiva”.^{xi} Gasman chama atenção para dois pontos importantes decorrentes de tal exclusão: a falta de representatividade e a ausência de paridade na tomada de decisões. Essa dupla exclusão pode gerar possível falta de fomento de políticas públicas para essa parcela da sociedade. Essa tomada de decisão do governo em exercício na época repercutiu negativamente nos mais vários âmbitos da sociedade, desde centros de pesquisas até a sociedade civil. Houve uma compreensão de que o Brasil estava vivenciando uma guinada à direita, com indícios de um significativo conservadorismo, assim como também tem ocorrido em vários países do mundo.^{xii} Em resposta a essa repercussão, o Ministro Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, justificou dizendo que “os partidos (das legendas que apoiaram Temer) não indicaram e também que o tempo foi reduzido” para fazê-lo.

O governo de Dilma Rousseff foi amplamente marcado não só por políticas públicas destinadas à inclusão social, às questões de gênero, igualdade racial e Direitos Humanos, mas também pela representatividade feminina na base

executiva. Até a última semana de Dilma Rousseff na Presidência eram seis mulheres em cargos executivos. Foram várias as questões relativas às mulheres propostas e implementadas por seu governo: o aborto previsto em lei, realizado pelo SUS; reorganização da Lei Maria da Penha, a implementação da Lei do Feminicídio; Casas da Mulher Brasileira; a mulher como beneficiária do Programa Bolsa Família assim como a dona do imóvel no programa Minha Casa Minha Vida; a regulamentação da PEC das Domésticas, com intuito de assegurar direitos e valorizar tal profissão.

Os eventos discursivos serão analisados então a partir não só desse contexto político, mas também da conjuntura sóciohistórica e cultural sobre os direitos civis e políticos das mulheres na sociedade brasileira. Passemos à análise dos textos.

Bourdieu (2011:39) afirma que, a partir de um viés estrutural sobre a dominação masculina, a feminilidade se mede pela arte “de ser pequena”, encerrada numa espécie de cerco invisível, limitando o território, seus movimentos e deslocamentos. Ao julgar moralmente, por meio da modalidade deôntica (*devo dizer*), que tal participação “é um perigo, para os políticos homens no Brasil”, J.Serra, de maneira iterada, performatiza, de maneira normativa, tanto o gênero feminino quanto o masculino, ao dizer que cabe às mulheres políticas brasileiras continuarem contidas, invisíveis, privadas, na ordem do silêncio, enquanto aos homens caberiam regular e avaliar a medida dessa participação. J.Serra regula as *performances* das mulheres políticas brasileiras ao evitar que o assunto seja discutido e problematizado, porque se trata de um assunto geograficamente e sexualmente indesejável (*aqui, para os políticos homens no Brasil*). Observe que o EU/J.Serra é constituído por histórias, princípios e normas que o posicionam como um sujeito machista e sexista, neste contexto contingencial. Ou seja, é um sujeito constituído de um poder que não cessa, mas que está sendo produzido continuamente por uma norma regulatória (Butler, 1998:22).

Ao afirmar de maneira negativa que o “*México é um perigo, para os políticos homens no Brasil*”, J.Serra constrói uma relação de temor, já que a visibilidade de tal fato colocará em risco o patrimônio político brasileiro e faz isso textualmente de maneira bastante explícita ao usar as relações lógico-semânticas de extensão por realce (*para políticos homens, no Brasil*). J.Serra itera o que o líder independentista americano John Quincy, um dos responsáveis pela elaboração da “Declaração da Independência”, afirmou, ao ser reivindicado por sua mulher da ausência de direitos das mulheres, “Estejam certas, nós somos suficientemente lúcidos para não abrir mão do nosso sistema masculino.” Buonicore^{xiii} comenta, em tom provocativo, que “a jovem república norte-americana havia sido criada para gozo exclusivo dos homens proprietários e de pele branca.” Observe que há na fala de Serra uma citação presumida e iterada dessa norma: política foi feita para o gozo

exclusivo de homens brancos. Em “*Eu quero muito que a senhora vá ao Brasil [durante as olimpíadas], mas isso representará um perigo, porque a senhora vai chamar atenção para o assunto.*” J.Serra individualiza (*Eu quero muito*) o desejo dele, sugerindo que ele experiencia, de maneira negativa e perigosa, o fenômeno: o fato de se ter uma alta participação feminina no parlamento mexicano. A informação positiva acerca da vinda da Chanceler ao Brasil, em um momento oportuno tanto politicamente quanto economicamente, é visivelmente deslocada pelo uso do item lexical “mas”, que introduz um julgamento avaliativo de estima social: *representará um perigo*. Esse perigo (*alta participação de mulheres na política*), segundo presume valorativamente J.Serra, deve continuar invisível, ou colocado como segundo plano, no Brasil (*vai chamar atenção*).

Ao afirmar que fez “*uma declaração elogiosa às mulheres mexicanas*” e que estava surpreso com a polêmica, J.Serra cria uma situação de confronto, pois o “elogio” executado por meio do atributo “perigoso” não representou, no contexto político atual brasileiro, algo positivo, valorizado. Neste caso, o ato de elogio reiterou performances negativas sobre representatividade e potencial de participação de mulheres na política brasileira, pois associa “perigo” à maldade, ou seja, algo que provocará risco às já estabelecidas normas. A performance masculina de regulação e controle se corporifica na produção do ato de fala de falso elogio, uma prática que tem um caráter fortemente performativo, já que se constrói, neste contexto, como uma ofensa (cf. Melo e Lopes, 2015).

O ato de falso elogio também é iterado e citado, no evento 2. Ao julgar ironicamente que Kátia Abreu é “*namoradeira*”, J.Serra a performatiza, de maneira negativa, em função, provavelmente, das performances femininas executadas por Kátia Abreu (separada, autônoma, assertiva, ativa). *Performances* que se deslocam provavelmente da base normativa das feminilidades, conforme o dispositivo do patriarcado: submissão, privado, sagrado, imóvel, invisível.

Ao identificá-la como “*namoradeira*”, a desloca do ser mulher padrão e a performatiza de maneira pejorativa, realçando as relações de poder inscritas para o corpo feminino. Ao designá-la desta forma, J.Serra refuta as performances “desviantes” de Kátia Abreu e itera, de maneira ofensiva, que ela não merece ser respeitada, julgando-a moralmente, pois, conforme contextos dicionarizados, o item lexical “*namoradeira*” significa potencialmente mulher que tem ou teve muitos namorados. No Brasil, este termo potencializa-se significativamente de maneira ofensiva, ainda mais quando é dita por um homem. Não se trata, portanto, de um elogio em tom de brincadeira, como J.Serra quis se defender, mas de um falso elogio, ofensivo e sexista. Para Haverkate (1994), seria um falso elogio, um tipo de estratégia irônica que, neste contexto, reitera as performances arrogantes, desrespeitosas

e machistas. A construção discursiva deste tipo de elogio se reforça no uso do apagamento do eu, ao usar a expressão “dizem por aí”, que tanto o desobriga da responsabilidade da ação, de alguma forma mitigando a ameaça à face (cf. Brown & Levinson, 1987), à dignidade da destinatária, ao colocar a informação no tom de fofoca (*estão dizendo por aí*). Trata-se de um ato ameaçador à face positiva de K.Abreu, já que é um homem político, branco, conservador, que representa uma ideologia partidária de centro-direita, que está expondo-a e vulnerabilizando-a, em uma roda de amigos homens, políticos, brancos e conservadores, em uma reunião política.

Bourdieu (2011: 64-65) afirma que “sempre expostas à ofensa, as mulheres são também fortes em tudo que representa as armas da fraqueza, como a astúcia diabólica e a magia” (Bourdieu, 2011: 64-65). O que então J.Serra fala, quando afirma que K.Abreu é namorada? A virilidade dele se performatiza na ofensa, no falso elogio, na construção do perigo, e na desconstrução da visibilidade empoderada de K.Abreu, ou seja, itera o medo do feminino. Dessa forma, “A afirmativa, mais do que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo.” (Louro, 2015:15). No contexto brasileiro, ao identificá-la como “namorada”, o político constrói um eufemismo, para atenuar a desqualificação destinada à K.Abreu, a de que ela se relaciona sexualmente com muitos homens.

A reação de K.Abreu tanto física, material (jogou a taça de vinho em direção à J.Serra) quanto a manifestação verbal, na imprensa e nas redes sociais (*reagi a altura de uma mulher que preza a sua honra*), reforça suas performances de mulher ativa, assertiva, pública, ou seja, aquela que não se adequa ao padrão normativo feminino regulado pelos regimes de poder da ordem do doméstico, da castidade, do silêncio, do servir. O simples fato de se destacar com sua altivez a fez ser performatizada pelo viés do “pecado”, da “luxúria”, que merece ser exposta e insultada em praça pública. No entanto, ao se inserir no universo de “mulheres que prezam sua honra”, K.Abreu itera a normativa de gênero que regula a feminilidade em torno da castidade, honestidade e pureza, reproduzindo o duplo padrão, conforme aponta Nalu Faria^{xiv} (1998), citada por *Coletivo Não me Khalo* (2016:81), “as mulheres são assexuadas virtuosas, são dignas da proteção masculina; não podem expressar seus desejos, pois nesse caso serão consideradas profanas, não dignas de respeito”.

Mais uma vez, J.Serra se desculpa afirmando que “*Foi uma brincadeira com intenção de elogio, mas foi mal recebida*”. Observe que o ato de desculpar-se, ressaltando que “foi uma brincadeira”, ou que “foi mal interpretado”, reforça a ideia de que houve uma violação de uma norma social, de uma moralidade, que foi ameaçada, mas que se desresponsabiliza-se por tal ato. Para além disso, e muito mais perverso, executa-se um ato de ameaça à dignidade de uma colega política, e se justifica, afirmando

sarcasticamente que foi “brincadeira com intenção de elogio”. Há, nesse ato de fala, um explícito caráter performativo e citacional que reforça a dominação simbólica e a violência simbólica a que as feminilidades são submetidas cotidianamente. À primeira vista, o pedido de desculpas, realizado de maneira indireta (*foi uma brincadeira com*), pode parecer inofensivo, afinal ele está se retratando, mas certamente não o é, porque se repete, há anos, no contexto de relações sociais de gênero. Neste caso, há ainda outro agravante que coloca, mais uma vez, a mulher em condição de culpabilidade, pelo uso do ato performativo “mas foi mal recebida”. Ou seja: K.Abreu não interpretou muito eficazmente, ou satisfatoriamente, o ato de fala de brincadeira com intenção de elogio, e, ao fazer isso, ele constrói um discurso sarcástico, que coloca a K.Abreu em situação de constrangimento e vulnerabilidade.

O evento 3 não difere dos anteriores, em termos misóginos e sexistas, mas as relações sociais de gêneros aqui são atravessadas por recortes importantes da matriz da opressão: raça, classe social, gênero e função social. Não se trata apenas de relação de gêneros entre dois sujeitos políticos, de mesma classe social e da mesma raça, mas de um homem político branco e uma moradora periférica e negra. Considerando que a regulação sustenta a performatividade de gênero e que delimita suas possibilidades, a repetição estilizada (iterabilidade) torna-se necessária para reafirmar (e confirmar) as identidades, uma vez que a existência destas se dá em função da produção dos atos de fala. Se as categorias de identidade são sustentadas pelos atos de fala iterados por sujeitos posicionados em práticas sociais e contextos específicos (Fairclough, 2003; Pinto, 2002, 2007, 2013), então essas categorias “nunca serão meramente descritivas, mas sempre normativas e como tal, exclusivistas” (Butler, 1998:24).

No evento 3, Eduardo Paes usa o corpo feminino negro e periférico como instrumento de poder opressor e o reitera como objeto sexual. O modo como Paes materializa esse corpo é totalmente político, pois gera efeitos discursivos potencialmente ideológicos: racista, sexista e misógeno, pois itera o corpo-sujeito negro, pobre e feminino como mercadoria, objeto disponível para a apropriação, violência e desprezo do masculino. O que no discurso de Paes causa a produção dessa norma acerca da negra, pobre e feminina? Vejamos as construções discursivas executadas por Paes:

(8) Vai trepar muito nesse quartinho.

(9) Vai trazer muito namorado para cá.

(10) Rita, faz muito sexo aqui...

(11) Ela disse que vai fazer muito canguru pernetá aqui. Tá liberado. A senha primeiro.

Retomando o contexto de fala: evento público de inauguração de obra pública em zona periférica do Rio de Janeiro. Quem autoriza um homem político branco e rico a agredir simbolicamente e emocionalmente a moradora e beneficiária Rita? Quem justifica e regula tal agressão? Em que momento *público* da inauguração da obra (sim de uma obra pública) foi permitido a ele produzir e enunciar tais atos de fala propositalmente constrangedores, já que se percebe, no discurso, marcas discursivas de ironia e sarcasmo. Há claramente uma violação de privacidade, uma exposição ofensiva do privado. Paes se produz, na sua fala, enquanto um sujeito agressor sexista, racista, misógino e irônico, e ainda regulador do corpo de Rita (o cafetão, o senhor do engenho), E essa identidade se executa ofensivamente por meio do ato de fala: “*tá liberado*”.

A fala de Paes produz um corpo-agente para Rita, alguém que age (*vai trepar; vai trazer; faz; vai fazer*) em direção a uma meta: *muito namorado; muito sexo; muito canguru pernetá*. O que desvela o discurso racista, pois às mulheres brancas, da elite, cristãs, heterossexuais, são destinadas a reclusão, o doméstico e a passividade, enquanto que às mulheres negras e periféricas cabem o público, o sexo. A escolha, então, dos processos materiais tem significado político e cultural, pois performatiza e naturaliza o corpo feminino negro de maneira violenta e opressora.

O uso reiterado da circunstância de modo (*muito*) indicando alta gradação para as atividades (*trepar muito; trazer muito namorado; faz muito sexo; fazer muito canguru pernetá*) relacionadas ao ato sexual, reforça a normativa de gênero feminino negro, regulada pelas ações de erotização e objetificação, que performatizam esse corpo feminino negro sempre como ativo e disponível para o sexo, já que é sedutor e pecador (“é a cor do pecado”). O corpo da mulher negra, periférica e pobre, é iteradamente citado ao longo da historicidade como um *lócus* de violações e opressões de classe, sexismo, racismo, assim que essas falas funcionam, de maneira interseccionalmente, violenta.

As circunstâncias linguístico-textuais usadas por Paes (*nesse quartinho; para cá; aqui*) também delimitam a atuação de Rita, gerando um deslocamento espacial do conceito de casa como *lócus* de proteção, afeto, familiar, para um lugar tão somente usado para o sexo. Além de constrangê-la em público, Paes ainda desvaloriza o benefício tão, talvez, sonhado por Rita, e, ao fazer isso, produz um corpo desimportante, um corpo/objeto, precário, iterando a vulnerabilidade sociopolítica desse corpo.

Resgatando as reflexões de Tiburi (2013:23), que se alinha às ideias de Butler, o corpo de Rita, produzido por Paes, trata-se de “corpos que são considerados pelo poder como desimportantes, vidas que deveriam ser corrigidas ou que não mereceriam serem vividas”. Após ser agredida simbolicamente e também violada na sua privacidade, Rita comenta: “Vou fechar minha porta,

sabe”. À ela cabe, nesse momento, se tornar invisível, se fechar tanto metaforicamente quanto fisicamente naquele “quartinho”, protegendo-se das possíveis violências permitidas e autorizadas pelo “senhor de engenho”. Como chama atenção Tiburi (2013:23): “O excluído é produzido no discurso: seu lugar é o silêncio que, em termos sociais muito concretos, realiza-se na injustiça de não poder existir.” Dessa forma, Paes não ressignifica esse corpo, mas reitera a exclusão, o racismo e o sexismo; ele itera, portanto, a universalidade sustentada pelas condições históricas, políticas, sociais e culturais brasileiras: racismo estrutural.

Em resposta a este ato de constrangimento e violência sofridos por Rita, a assessoria disse que o prefeito estava “apenas brincando”. Assim como nos eventos 1 e 2, a resposta é sempre sustentada (e justificada), superficialmente, por um ato de desculpas indireto, materializado textualmente por uma declaração que enseja um ato de fala apropriado para a situação sociodiscursiva: “estava apenas brincando”. O ato de insulto minimizado e pormenorizado por uma brincadeira.

Considerações finais

Os eventos 1, 2 e 3 nos mostram que parece haver, nas situações sociodiscursivas que envolvem atos de agressão, violência e violação contra mulheres negras e mulheres políticas, uma fórmula prototípica de declaração com teor de desculpas que constitui um ato de fala de brincadeira, com o objetivo não de admitir a responsabilidade pelos atos produzidos, como forma de apaziguar a violência sofrida, mas de atenuar as possíveis acusações e, de alguma forma, silenciar a repercussão nas mídias, nas redes sociais ou em outros âmbitos sociopolíticos. As fórmulas “foi uma brincadeira; falei em tom de brincadeira, foi apenas uma brincadeira” justificam as regulações discursivas e as representações ensejadas pelos sujeitos dos excertos analisados.

As reflexões a que chegamos a partir da amostra analisada nos levam a acreditar como Butler (2015:21), em entrevista à Marcia Tiburi, que o “gênero não é um problema do campo da sexualidade, é um problema político e mais precisamente um problema ontológico”. De fato, analisar e problematizar a performatividade política de gênero e o campo das relações sociais de gêneros nos leva a tentar compreender do que se constitui ou é constituído o mundo social, ou seja, de que forma os sujeitos se constituem e constituem o outro na sua fala, no seu discurso, por meio da sucessão de performances, que produzem performatividades, ou seja, “a reiteração de normas que precedem, constroem e estão para além da/o *performer*” (Pereira, 2012:53).

Quando J.Serra e Eduardo Paes usam determinados atos de fala, processos, circunstâncias, atributos, modalizadores para reiterar a normativa das feminilidades, como pudemos perceber na análise, eles fazem performances, atos delimitados, que nos permitem compreender a funcionalidade das normas e as regulações em termos dos seus efeitos no passado, na história, no presente e no futuro. São os “efeitos sociais e políticos mais ou menos duradouros das performances de gênero” que nos permitem “traçar pontes para as questões de institucionalização e reprodução social” (Pereira, 2012:54). É importante destacar que os discursos produzidos pelos atores sociais (Serra e Paes), os atos executados por eles, não são escolhas individuais, mas histórias institucionais que os posicionam, neste contexto, desta forma, ou seja, tais construções discursivas fazem parte do que os constituem como sujeitos homens, políticos, brancos, elite, capital intelectual. O modo como esses sujeitos performatizam tais identidades e a materialidade destes corpos, ou seja, a forma como estão circunscritos, é político, pois iteram uma materialidade ontológica fictícia do corpo, do sexo, da sexualidade e da raça.

Dessa forma, um corpo se liga a outros corpos, emergem-se e são reconhecidos da maneira que o são no seio das práticas sociais, por meio, principalmente, dos nossos atos de fala e das cenas de interpelações de um conjunto de normas impostas pelas estruturas sociais (Pinto, 2002; 2007; Butler, 2014). Finalizo resgatando a fala de Butler acerca da nossa vulnerabilidade enquanto seres que precisam da linguagem para SER: “Se somos construídos/as na linguagem, então esse poder constitutivo precede e condiciona decisão que possamos tomar, nos insultando, desde o começo [...] com seu poder.” (Butler, 1997, 1-2).

Notas

ⁱ Para uma leitura mais aprofundada dessas questões ver: BORBA (2014), PINTO (2002, 2007), BUTLER (1998, 2010, 2014, 2015).

ⁱⁱ Disponível em:

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/44794/no+mexico+jose+serra+diz+que+alt+a+participacao+de+mulheres+na+politica+do+pais+e+um+perigo.shtml>. Acesso: 26 jul. 2016

ⁱⁱⁱ Disponível em:

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/44794/no+mexico+jose+serra+diz+que+alt+a+participacao+de+mulheres+na+politica+do+pais+e+um+perigo.shtml>. Acesso: 26 jul. 2016

^{iv} <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/44794/no+mexico+jose+serra+diz+que+alta+participacao+de+mulheres+na+politica+do+pais+e+um+perigo.shtml>. Acesso: 26 jul.2016.

^v <http://oglobo.globo.com/brasil/fiz-uma-declaracao-elogiosa-as-mulheres-mexicanas-diz-serra-19789421>. Acesso: 26 jul.2016.

^{vi} <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/12/10>. Acesso: 26 jul.2016

vii <http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/12/10>. Acesso: 26 jul.2016.

viii <http://www.brasilpost.com.br/2016/08/27/eduardo-paes-video- n 11741068.html>.

Acesso: 28 ago.2016.

ix <http://www.brasilpost.com.br/2016/08/27/eduardo-paes-video- n 11741068.html>. Acesso: 28 ago.2016.

x O ponto de partida para se pensar as categorias “elogio e ofensa” tiveram como referência o estudo empreendido por Melo e Lopes (2015) sobre a trajetória textual de um elogio que fere.

xi <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/onu-mulheres-alerta-para-falta-de-paridade-de-genero-no-novo-governo-temer>. Acesso: 26 jul.2016.

xii Eleição nos EUA, Donald Trump; candidatos mais conservadores concorrendo em países como França, Espanha. E eleitos, como em Portugal.

xiii BUONICORE, A. O anti-feminismo na história. In: Almanaque d’Elas. Ah! Então sou feminista. Produzido por: Fundo de Investimento social Elas, Rede Nacional feminista de saúde, Direitos sexuais e Direitos reprodutivos e cada da Mulher Catarina.

xiv FARIA, N. *Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 1998.

Referências

- Bhaskar, R.A. (1998) [1979].** *The Possibility of Naturalism* (3rd edition), London: Routledge.
- Bento, B. (2015).** É o queer tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da Teoria Queer ao Sul do Equador. *Áskesis*. v. 4, n.1, p. 143-155. Entrevista a Felipe Padilha e Lara Facioli. Disponível em: <http://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/61>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- Borba, R. (2014).** A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cad. Pagu*. n. 43, p. 1-13. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430441>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- Bourdieu, P. (2011).** *A dominação masculina*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. BREZOLIN, A. 1995. Elogios, respostas a elogios e as fórmulas de rotina. *Crop*. 21jun.
- Brown, P.; Levinson, S. (1987).** *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Butler, J. (1997).** *Excitable Speech: a politics of the performative*. Nova York: Routledge.
- Butler, J. (1998).** Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos pagu* (11), p.11-42. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- Butler, J. (2010).** *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Butler, J. (2014).** Regulações de gênero. *Cad. Pagu*. n. 42. Campinas. p.1-11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- Butler, J. (2015).** *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução Rogério Bettoni. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Coletivo não me Khalo. (2016).** *#Meu amigo secreto: feminismo além das redes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro.
- Connell, R.; Pearse, R. (2015).** *Gênero, uma perspectiva global*. Compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. São Paulo: nVersos.
- Chouliaraki, L.; Fairclough, N. (1999).** *Discourse in late modernity*. Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Fairclough, N. (2001)[1992].** *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Fairclough, N. (2003).** *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge.
- Foucault, M. (1985).** *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Graal.
- Giddens, A. (1991).** *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.
- Haverkate, H. (1994).** *La cortesía verbal*. Madrid: Gredos.
- Louro, G.L. (2015).** *Um corpo estranho*. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, Editora Autêntica.
- Melo, G.C.V; Lopes, L.P.M. (2015).** “Você é uma morena muito bonita”: a trajetória textual de um elogio que fere. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n. 54, v. 1, p. 53-78. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-18134345161352>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- Pereira, M. D.M. (2012).** *Fazendo gênero no recreio*. A negociação do gênero em espaço escolar. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Imprensa de Ciências Sociais.
- Pinto, J.P. (2002).** Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. *Gênero*. Niterói. v.3., n. 1, p. 101-110.
- Pinto, J.P. (2007).** Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *D.E.L.T.A.*, 23:1(1-26). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502007000100001>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- Pinto, J.P. (2013).** O percurso da performatividade. Considerado central na obra de Judith Butler, o termo “performatividade” percorre as discussões e as posições da autora. In: *Revista Cult*. Ano16. n. 185, p. 36-37.

Pinto, J.P. (2014). Linguagem, feminismo e efeitos de corpo. In: SILVA, D.N; FERREIRA, D.M.M; ALENCAR, C.N. *Nova Pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez. p. 207-230.

Ramalho, V.; Resende, V. M. (2011). *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas, SP: Pontes Editores.

Resende, V. M. (2009). *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas, SP: Pontes Editores.

Rodrigues, C. (2015). Entrevista Judith Butler. A performatividade de gênero e do político. *Revista Cult*. Ano 18. n. 205.

Tiburi, M. (2013). Judith Butler. Feminismo como provocação. *Revista Cult*. Ano 16. n. 185.

Nota biográfica

	<p>Maria Carmen Aires Gomes é doutora em Estudos Linguísticos- Análise do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde também fez seu Mestrado na mesma área. Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto. PHD em Estudos da Linguagem, pela PUCSP (2010), e em Linguística, pela UnB (2016). É Professora Associada III no Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil, onde atua no Programa de Pós-graduação em Letras, na área de Estudos do Texto e Discurso. Também atua como Professora-Colaboradora no POSLIN-UFMG. Coordena o Grupo de Pesquisa AFECTO – Abordagens faircloughianas para estudos do corpo-discurso textualmente orientados. Sua pesquisa volta-se para questões sobre a performatividade de gêneros por meio de narrativas midiáticas e de vida, para a precariedade da vida social. E-mail: mcgomes@ufv.br</p>
--	--